

Relatório de gestão

Em cumprimento do determinado no nº 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão respeitante ao ano financeiro de 2014 constituindo assim um dos documentos de prestação de contas.

O presente relatório apresenta de uma forma breve uma síntese do que foi o ano de 2014, fazendo nalguns casos uma comparação com o ano de 2013.

Este por sua vez, encontra-se dividido por partes fazendo observações quer à política orçamental seguida, quer à situação económica e financeira, passando pela dívida, indicadores de gestão e proposta para aplicação de resultados.

Assim, temos:

1 - Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida.

O Município fez algumas alterações orçamentais ao longo do ano como forma de ajustar algumas rubricas à evolução da despesa ao longo do ano, tendo ainda procedido a alterações orçamentais na receita.

Esta última, evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo sido obtido um grau de execução na ordem dos 77%.

Para aquele grau, em termos de execução, contribuíram essencialmente os capítulos:

Rubricas	2014	2013	2012	%
01 – Impostos directos	152,92	118,41	98,18	
02 – Impostos indirectos	49,70	66,63	94,10	
04 – Taxas, multas e outras penalidades	48,12	59,47	133,89	
06 – Transferencias correntes	100,13	82,63	74,81	
10 – Transferencias de capital	20,64	29,79	50,83	

Isto no que respeita à percentagem, porque em valor efetivo a maior contribuição corresponde aos capítulos 01, 05, 06, 07 e 10 apresentando os maiores valores.

Quanto ao peso de cada um dos capítulos no total da receita, temos o quadro seguinte que evidencia aquela situação, notando que estes representam cerca de 98% da receita cobrada:



Rubricas	2014
01 – Impostos directos	9,56
05 – Rendimentos da propriedade	4,11
06 – Transferências correntes	71,63
07 – Vendas de bens e serviços correntes	6,38
10 – Transferências de capital	7,83

Refira-se, que merece ainda especial destaque uma análise das transferências e subsídios obtidos, uma vez que representam 79% do total da receita, de forma a mostrar quer a importância destes, quer a sua origem:

Rubricas	2014	2013	2012
Transferências do orçamento do Estado	6.214.890,00	6.398.705,00	6.398.705,00
Outros	106.383,10	88.870,80	152.942,43
Exterior (Fundos comunitários)	33.380,69	37.618,96	543.897,76

Quanto à despesa, foi obtido um grau de execução orçamental na ordem dos 72%, que se pode comprovar no mapa de *execução orçamental da despesa*.

Numa análise, por natureza económica, podemos concluir que os capítulos que contribuíram para aquela execução, representando cerca de 63% da despesa total, foram essencialmente os seguintes:

01 – Despesas com pessoal
02 – Aquisição de bens e serviços
04 – Transferências correntes
07 – Aquisição de bens de capital

No que respeita às *Grandes Opções do Plano* e fazendo uma análise dos investimentos executados por objectivo e programas, verifica-se que a maior percentagem de investimento vai para os objetivos *Social e Outras* que absorvem cerca de 8,% e 85% respectivamente, do total do investimento.

Aqui deve ser referido que a execução global das grandes opções do plano é de 67%. No entanto, cabe aqui referir que parte daquela execução não diz respeito a qualquer investimento, mas sim, á amortização extraordinária de 2.408.696,34 € de um empréstimo cujo capital não foi utilizado.

Assim, retirado o efeito daquela amortização, a execução global anual, fica nos 31%.

Quanto aos programas que mais se destacam em termos de investimento constam do quadro seguinte:



Rubricas	% 2014
111 – Administração geral	6,00
252 – Desporto, recreio e lazer	17,55
320 – Indústria e energia	7,77
420 – Transferências entre administrações	35,97

2 - Quadro evolutivo da situação económica e financeira

- Análise do Balanço

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, reflectindo em 31 de Dezembro de 2014, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

No entanto cabe fazer referência a determinados itens que aparecem de novo neste mapa.

Assim, temos:

1 – Fundo de Apoio Municipal

A conta 412 apresenta um saldo de 507.999,32 € que corresponde ao valor total do Fundo de Apoio Municipal, como já foi referido na nota 8.2.7 dos anexos às demonstrações.

Aquele valor ainda não foi realizado pelo Município, prevendo-se que a mesma ocorra nos próximos sete anos, a começar em 2015.

A realização será de 72.571,00 € por ano, em duas prestações anuais a ocorrer em Junho e Dezembro, durante os anos de 2015 a 2020, correspondendo a 2021 a valor de 72.573,32 €.

2 – Empresa municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.

A conta 268 no activo apresenta o valor de 320.396,98 € discriminado da seguinte forma:

a) 254.607,97 € relativo às responsabilidades que o Município assumiu directamente com o pagamento das indemnizações aos trabalhadores dispensados da empresa municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.

Este pagamento decorreu das deliberações ocorridas em sede dos Órgãos Executivo e Deliberativo no que respeita à assunção daquelas responsabilidades.

Ramiro
João

b) 43.725,08 € relativo ao pagamento directo dos vencimentos dos trabalhadores da empresa municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M., do mês de Agosto e respectivo duodécimo do subsídio de Natal daquele mês.

Este pagamento autorizado por despacho, foi ratificado em sede do Órgão Executivo.

c) 22.063,93 € relativo ao pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado do 3º trimestre de 2014 da empresa municipal.

Todos os pagamentos ocorridos e autorizados resultam do processo de liquidação da empresa deliberado no órgão deliberativo em sessão de 22 de Agosto de 2014.

A colocação deste activo no Balanço foi uma opção contabilística decorrente do processo de liquidação em curso da empresa municipal e tendo em conta o teor das deliberações tomadas em sede dos órgãos executivo e deliberativo, ou seja, a assunção por parte do Município do activo e passivo da empresa.

Por outro lado, atendendo às demonstrações financeiras da empresa municipal, ao processo de consolidação de contas do grupo autárquico em curso, que evidencia a inexistência de património para fazer às suas obrigações, bem como ao princípio da prudência, foi criada uma provisão, conta 292, no valor do total daquele activo, ou seja, 320.396,98 €.

Nos pontos seguintes apresentar-se-ão alguns rácios para uma observação de algumas rubricas do Balanço, fazendo-se uma comparação com o ano de 2012.

- Demonstração de resultados

No ano de 2014 o resultado líquido é positivo, existem variações de algumas rubricas de custos e proveitos que passamos a discriminar:

Custos e Perdas:

a) A conta 61 apresenta um valor reduzido dado que em 2014, não foram registadas as facturas relativas à Águas do Zêzere e Coa, S.A., de água e saneamento. No entanto existem provisões para aquelas facturas.

b) A conta de provisões do exercício apresenta um valor bem mais reduzido, comparativamente ao ano anterior, pois as provisões necessárias para o referido na alínea a), em parte já se encontravam constituídas.

c) O valor da conta 69 aumentou, face ao ano anterior devido ao registo em 2014, dos juros vencidos dos acordos assinados com a Águas do Zêzere e Coa, S.A.



Proveitos e ganhos:

- a) O valor da conta 72 apresenta um valor mais elevado, comparativamente ao ano anterior, devido a uma maior receita relativamente a impostos.
- b) O valor da conta 79, apresenta um montante significativamente mais elevado, quando comparado com o ano anterior, isto deve-se à redução de provisões, que anteriormente se encontravam constituídas, em parte, para fazer face aos juros agora registados.

3 - Evolução da dívida do Município

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida diminui significativamente em 2014.

Esta diminuição deve-se à amortização extraordinária de capital, ocorrida durante o ano, no montante de 2.408.696, 34 €.

Esta amortização extraordinária resultou do facto do Município ter na sua posse, parte de um empréstimo contratado, mas que não chegou a concretizar em investimento.

	€		
	2012	2013	2014
Capital em dívida	6.601.627	6.049.179	3.132.720,46

4 - Indicadores de gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspecto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial.

Assim, temos:

- Indicadores de natureza orçamental

	%	
Descrição	2013	2014
Cobertura das despesas pela receita	1,102	1,047
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	0,875	0,829
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	1,093	2,411
Peso da despesa total na receita total	0,908	0,955

Da análise dos indicadores supra verifica-se uma variação pouco significativa relativamente à relação entre as Despesas e as Receitas relativamente a 2013 à exceção do rácio de *peso das despesas de capital nas receitas de capital* que apresenta uma variação positiva em termos de valor.

Evidencia-se o facto de as receitas cobrirem a totalidade das despesas com especial ênfase na vertente corrente.

Salienta-se no entanto que, no que diz respeito ao indicador *peso das despesas de capital nas receitas de capital* este deteriora-se significativamente contribuindo para esse efeito a diminuição das receitas de capital, registando-se mais despesas de capital do que receitas.

De referir que, para o cálculo dos rácios não foi considerado para efeitos de despesa de capital o valor de 2.408.696,34 € uma vez que diz respeito à amortização de um empréstimo considerando-se tal fato uma operação de caráter extraordinário desvirtuando a prestação da informação no caso da sua inclusão.

- Indicadores de natureza financeira

%

Descrição	2013	2014
Liquidez geral	0,563	0,626
Liquidez reduzida	0,559	0,504
Liquidez imediata	0,526	0,501
Solvabilidade	1,086	1,235

Analisando os rácios de liquidez podemos verificar que não apresentam variações significativas.

No que respeita à liquidez geral, o facto de ser menor que 1 significa que o Fundo de Maneio é menor que zero ou insuficiente, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dívidas de terceiros e existências) não cobrem o exigível de curto prazo (dívidas a terceiros).

Refira-se ainda que este rácio deveria oscilar entre 1,3 e 2 para que estivessemos perante valores aceitáveis.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, nomeadamente o indicador de liquidez reduzida apresenta um valor aceitável no entanto e aquando da análise conjunta com o indicador de liquidez imediata (apresentando valores próximos) verifica-se que a melhoria do primeiro traduz-se no aumento de uma rubrica com elevada disponibilidade criando um desequilíbrio **pontual** de aplicabilidade e gestão de curto prazo.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado.

ts

5 - Proposta de aplicação de resultados

Na aplicação do resultado líquido do exercício deverá ter-se em conta o disposto no ponto 2.7.3.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (decreto-lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela lei 162/99 de 14 e Setembro, decreto-lei 315/2000 de 2 de Dezembro e decreto-lei 84-A/2002 de 5 de Abril), que menciona a obrigatoriedade do reforço do património até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do ativo líquido.

Por outro lado, dado que o valor do património já é superior aquela percentagem, propõe-se que o resultado líquido seja transferido para resultados transitados.

Figueira de Castelo Rodrigo, 14 de Abril de 2015

O Presidente da Câmara

(Paulo José Gomes Langrouva)